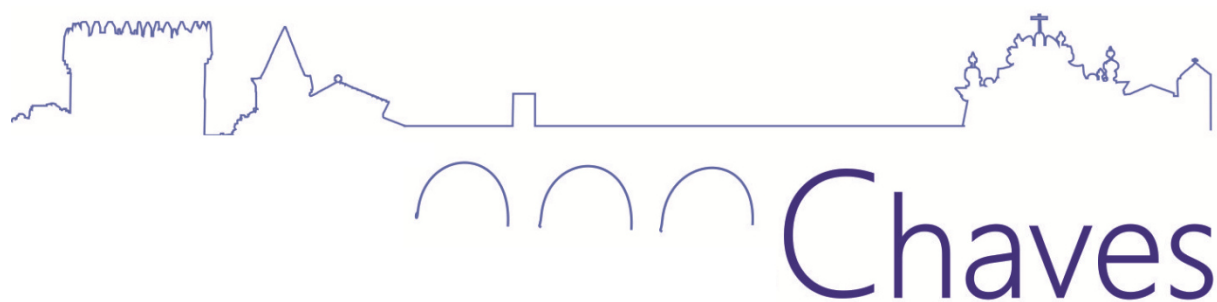




**Câmara Municipal de Chaves**

# **Relatório da Proposta de Orçamento 2018**





# Índice

I - ENQUADRAMENTO POLITICO-ECONÓMICO .....	2
1.1 - Conjuntura Económica Nacional - Perspetiva Futura .....	2
1.2 - Prioridades estratégicas do Município .....	7
1.2.1 – Nota prévia .....	7
1.2.2 - Objetivos .....	8
II - MAPAS ANEXOS E RESPETIVA ANÁLISE .....	15
2.1 - O Orçamento .....	15
2.2 - Orçamento da Receita .....	18
2.2.1 – Receita Corrente .....	18
2.2.2 – Receita de Capital .....	22
2.3 – Orçamento da Despesa .....	24
2.3.1 – Despesa Corrente .....	24
2.3.2 – Despesa de Capital .....	28
2.4 – Plano Plurianual de Investimentos .....	33
III - MAPA DE EMPRÉSTIMOS E MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES .....	34
3.1 – Mapa de Empréstimos .....	34
3.2 – Mapa das Responsabilidades Contingentes .....	34
Anexos .....	35



# **I - ENQUADRAMENTO POLITICO-ECONÓMICO**

## **1.1 - Conjuntura Económica Nacional - Perspetiva Futura**

A economia portuguesa deverá manter uma trajetória de recuperação ao longo do horizonte de 2018-2020, apresentando um ritmo de crescimento em linha com o atualmente projetado para o conjunto da área do euro. Assim, após um aumento de 1,4% em 2016, o produto interno bruto (PIB) português deverá crescer 1,8% em 2017, 1,7% em 2018 e 1,6% em 2019.

Em 2019 o produto real deverá situar-se num nível próximo do registado em 2008, o que ilustra bem a natureza sem precedentes deste último ciclo económico. A evolução da atividade ao longo do horizonte de projeção está sustentada num crescimento forte das exportações – refletindo um enquadramento económico e financeiro externo favorável e a manutenção de ganhos de quota de mercado – e numa recomposição da procura interna no sentido de um maior dinamismo da formação bruta de capital fixo. Este ritmo de recuperação permanece condicionado pela necessidade de ajustamento dos balanços setoriais da economia portuguesa e por estrangulamentos estruturais a um maior crescimento potencial. O comportamento das exportações, tanto de bens como de serviços, tem sido um dos aspetos mais assinaláveis do processo de ajustamento da economia portuguesa, propiciando uma marcada reorientação de recursos produtivos para setores mais expostos à concorrência internacional. As exportações de bens e serviços deverão situar-se em 2019 cerca de 60 por cento acima do nível registado em 2008. Este aumento da abertura ao exterior será acompanhado de um crescimento forte do investimento empresarial ao longo do horizonte de projeção, que continuará a beneficiar da manutenção de condições monetárias e financeiras acomodáticas e de perspetivas favoráveis quanto à evolução da procura global. Por seu turno, o consumo privado – apesar de uma melhoria no mercado de trabalho e de níveis de confiança elevados – manter-se-á condicionado pelo baixo crescimento dos salários reais e pela necessidade de continuação do processo de redução do nível de endividamento das famílias. No período 2017-19, o contributo das exportações para o crescimento do PIB manter-se-á superior ao contributo da procura interna.

Neste contexto, a economia portuguesa deverá manter, ao longo do horizonte de projeção, uma capacidade de financiamento face ao exterior, o que constitui uma característica muito importante do processo de recuperação em curso.

Para 2018 e 2019 projeta-se uma desaceleração significativa do consumo privado, para 1,4% nos dois anos. O consumo privado deverá crescer em linha com o rendimento disponível real, num contexto de crescimento anual do emprego de cerca de 1% e de aumentos dos salários reais limitados por ganhos reduzidos da produtividade. Nestes dois anos projeta-se uma



estabilização do peso do consumo de bens duradouros no PIB. A taxa de poupança das famílias deverá manter-se em níveis historicamente reduzidos, antevendo-se uma continuação do processo de redução do endividamento das famílias.

Num quadro de crescimento robusto da procura externa dirigida à economia portuguesa, as exportações deverão crescer aproximadamente 5% em termos médios anuais, acima do aumento projetado para a procura externa. Desta forma projeta-se para 2017 um ganho de quota de mercado de 1,9%, que se irá progressivamente reduzindo ao longo do horizonte de projeção.

O dinamismo das exportações verificar-se-á tanto na componente de bens como na de serviços. Destaca-se o desempenho das exportações de turismo, que será favorecido pela ocorrência em território português de importantes eventos à escala internacional. As exportações de bens em 2017 também beneficiam da dissipação de alguns efeitos temporários negativos, associados à redução da produção em unidades industriais dos setores energético e automóvel em 2016. Adicionalmente, no caso do setor automóvel foi incorporada informação referente a um aumento previsto da capacidade produtiva de uma unidade industrial, que impulsionará o crescimento das respetivas exportações em 2017 e 2018. A evolução das importações ao longo do horizonte de projeção está em linha com a procura global ponderada pelos conteúdos importados, tendo em conta os padrões médios observados no passado.

Para o mercado de trabalho antecipa-se um aumento do emprego de 1,6% no fim de 2017 e cerca de 1% em 2018 e 2019. Esta evolução reflete o progressivo retorno a variações do emprego mais em linha com a sua elasticidade histórica face à atividade e tem implícita uma recuperação da produtividade, numa expressão inferior à observada em anteriores fases de recuperação. No período 2017-19, antecipa-se, no entanto, um baixo crescimento médio da produtividade, que se traduzirá num crescimento dos salários reais igualmente baixo. No final do horizonte de projeção, o nível médio anual do emprego situar-se-á 8,5% acima do mínimo registado em 2013, embora permaneça 5 por cento abaixo do nível observado em 2008.

A inflação, medida pela taxa de variação do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), aumenta no início do horizonte da projeção, passando de 0,6% em 2016 para 1,6% em 2017, e estabiliza em 1,5% no período 2018-19.

Em resumo, as atuais projeções sugerem a continuação da recuperação da atividade económica no período 2017-19, com um padrão de crescimento caracterizado por um dinamismo elevado das exportações e do investimento empresarial, que será acompanhado pelo aumento do emprego no setor privado e pela redução continuada da taxa de desemprego. Este perfil é consistente com a manutenção de equilíbrios macroeconómicos



fundamentais, com destaque para o excedente externo da economia portuguesa. Ainda assim, o ritmo de crescimento económico projetado é inferior ao necessário para o reinício do processo de convergência real face à área do euro, o que decorre da persistência de importantes constrangimentos estruturais ao crescimento.

Neste contexto, é importante aprofundar a orientação de recursos para empresas mais expostas à concorrência internacional e mais produtivas, e continuar o processo de redução do elevado nível de endividamento dos vários setores, reduzindo a vulnerabilidade da economia portuguesa a choques. A importância e urgência de progressos nestes domínios são reforçadas pela manutenção de uma elevada incerteza e pela persistência de riscos descendentes, a nível interno e externo. (fonte: Banco de Portugal)

A proposta da Lei de Orçamento de Estado para 2018, apresenta algumas medidas, já aprovadas na especialidade, a saber:

#### *“Escalões do IRS e outras alterações*

*O número de escalões do IRS vai aumentar de cinco para sete, tendo sido desdobrados os segundo e terceiro escalões do imposto: serão tributados a 14,5% quem ganha até 7.091 euros, a 23% quem tem rendimentos anuais entre aquele valor e os 10.700 euros, a 28,5% os que auferem entre 10.700 e 20.261 euros, a 35% o intervalo de rendimentos entre os 20.261 e os 25 mil euros e a 37% os entre os 25 mil e os 36.856 euros.*

#### *Carreiras na Administração Pública*

*A partir do próximo ano, os trabalhadores da Administração Pública que, nos últimos sete anos de carreiras congeladas, reuniram as condições necessárias vão ter direito a progredir.*

*O acréscimo salarial correspondente à progressão será, assim, pago de forma faseada: em 2018 serão pagos 25% em janeiro, mais 25% em setembro; em 2019 recebem mais 25% em maio e mais 25% em dezembro.*

#### *Aumento extraordinário de pensões*

*Os pensionistas que recebam até 632 euros (1,5 vezes o Indexante de Apoios Sociais - IAS) terão um acréscimo mínimo de seis ou 10 euros, consoante tenha ou não existido atualização da pensão entre 2011 e 2015.*

*Este aumento extraordinário abrangerá as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência atribuídas pela Segurança Social e as pensões de aposentação, reforma e sobrevivência do regime de proteção social convergente atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), e já vai considerar a atualização de janeiro, em resultado da evolução da inflação e do crescimento da economia.*

#### *Complemento Solidário de Idosos*



*O Complemento Solidário para Idosos (CSI) será alargado a pensionistas que, independentemente da idade, pediram reformas antecipada a partir de 2014.*

*A medida, que deverá abranger cerca de 7.600 pensionistas, prevê que durante o próximo ano quem se reformou por antecipação (por atividade profissional desgastante, desemprego de longa duração ou doença) a partir de 2014 possa candidatar-se a este complemento.*

*Fim do corte de 10% no subsídio de desemprego*

*O corte de 10% que é aplicado ao subsídio de desemprego após os seis meses de atribuição vai acabar em 2018.*

*Em junho deste ano entrou em vigor um 'travão' a essa redução de 10% aplicada aos beneficiários do subsídio de desemprego há mais de 180 dias, que impede que o subsídio de desemprego pago, depois desse corte, fique abaixo do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), atualmente em 421,32 euros.*

*Regime simplificado de IRS*

*O novo regime irá abranger apenas os profissionais liberais e os outros prestadores de serviços (como os do alojamento local) e não se vai aplicar aos agricultores nem aos pequenos comerciantes.*

*A presunção automática de despesas do regime será limitada, mantendo-se os coeficientes que atualmente existem (e que garantem uma dedução automática ao rendimento tributável), mas uma parte ficará dependente das despesas suportadas e registadas no 'e-fatura', tendo estes trabalhadores de justificar 15% das despesas.*

*Aumento da derrama de IRC*

*A derrama estadual paga pelas empresas com lucros superiores a 35 milhões de euros ficará agravada em dois pontos percentuais, para os 9%.*

*Fim dos duodécimos no setor privado*

*Os trabalhadores do setor privado vão voltar a receber os subsídios de Natal e de férias de uma só vez a partir do próximo ano, deixando de receber metade de cada um dos subsídios em duodécimos ao longo do ano.*

*Resposta, apoios, combate e prevenção a incêndios*

*O Ministério das Finanças vai centralizar um pacote de 186 milhões de euros, dos quais 62 milhões para aplicação em ativos financeiros, destinada ao financiamento de despesas com indemnizações, apoios, prevenção e combate aos incêndios. Fica prevista ainda uma transferência extraordinária de 50 milhões de euros para as autarquias para execução de rede*



*secundária de faixas de gestão de combustível (nas redes viárias e ferroviárias, na linha de transporte de energia e nas envolventes aos aglomerados populacionais).*

*O Fundo de Apoio Municipal (FAM) poderá atribuir 10 milhões de euros aos municípios emprestarem às famílias cujas habitações não permanentes tenham sido danificadas ou destruídas pelos incêndios de grandes dimensões.*

#### *Educação e Ensino Superior*

*No ano letivo de 2018/2019, os manuais escolares vão passar a ser gratuitos também para os alunos dos 5.º e 6.º anos e o número de alunos por turma vai ser reduzido progressivamente nos 1.º, 5.º e 7.º anos.*

*Quanto à gestão das cantinas escolares, o Governo vai começar a fiscalizá-las e a avaliar a qualidade das refeições e os encargos com as respetivas concessões, quando existam, publicitando os respetivos resultados, sendo que o valor da refeição cobrada aos estudantes não pode subir.*

*No pré-escolar, serão abertas no próximo ano "pelo menos 150 novas salas" na rede pública em articulação com os municípios.*

*Já no ensino superior, o valor das propinas ficou congelado, o valor das bolsas de doutoramento será, no próximo ano, "atualizado com base no índice de preços ao consumidor (IPC -- média anual) que se vier a verificar em 2017" e as bolsas de ação social escolar atribuídas aos alunos com necessidades educativas especiais serão majoradas em 60%.*

#### *Energia*

*A tarifa social da eletricidade, destinada às famílias com baixos rendimentos, vai passar a abranger também as botijas de gás, pelo que, no próximo ano, vão usufruir desta tarifa especial as famílias de baixos rendimentos cujas casas ainda tenham gás engarrafado, o que é comum nas casas mais antigas.*

*Ainda na área da energia, foi aprovada uma norma para que os produtores de energia renováveis passem a pagar a contribuição extraordinária de solidariedade."*



## 1.2 - Prioridades estratégicas do Município

### Linha de estratégia para o novo ciclo de desenvolvimento (2018 – 2022)

#### 1.2.1 – Nota prévia

No pretérito dia 1 de outubro, os flavienses expressaram claramente que desejavam um novo caminho para a cidade e o concelho.

Esse novo caminho obriga a uma alteração das estratégias de investimento seguidas pela autarquia até à data, as quais desejamos venham a ocorrer de forma segura e firme.

Neste sentido, a alteração estratégica nas orientações do investimento municipal efetuar-se-á com passos seguros, paulatinamente, ao longo dos próximos quatro anos, mas com um horizonte temporal mais ambicioso. Os investimentos a realizar darão corpo à proposta de intervenção no concelho sufragada nas urnas, a qual assenta num conjunto de políticas, organizadas em oito eixos estruturantes, que obedecem à estratégia do novo ciclo político agora iniciado, a saber: o emprego; o turismo e ambiente; a educação, cultura e desporto; a agricultura e floresta; centro histórico e comércio local; ação social; equipamentos e serviços municipais; saúde.

A opção pelos eixos de intervenção identificados foi clara, devendo estes constituir-se como os pilares da construção de uma estratégia que permita um futuro diferente, um futuro melhor, apoiado numa economia sustentável e humanizada.

Foi desígnio dos flavienses que Chaves seja um concelho diferente, moderno e inovador. Reconhecendo que a função mais relevante de uma autarquia é assegurar o bem-estar e prosperidade aos seus munícipes.

Sabemos que a economia contemporânea é marcada pela incerteza, pelo que o caminho do endividamento municipal e da despesa sem sentido estratégico não dará bom frutos. É também ilusório pensar que se pode assegurar a prosperidade e o tal bem-estar dos flavienses sem gerar riqueza ou estimular um contexto de dinamização económica.

Neste pressuposto, mostra-se acertado destinar meios do município que venham a propiciar condições para que todos os que queiram investir produzam riqueza, para, posteriormente, ser redistribuída.

Iniciamos agora o caminho, estribado num novo modelo de desenvolvimento sustentável. Temos a perfeita consciência de que o exercício de 2018 estará ainda muito condicionado pelos compromissos do passado. Compromissos financeiros pesados e responsabilidades decorrentes de contratos que a autarquia deve cumprir, forma escrupulosa, no respeito pela lei.



A proposta de orçamento apresentada para 2018, respeita a assunção pela câmara municipal dos compromissos que já estavam assumidos, o que, pelas limitações orçamentais existentes e pela necessidade de não condicionar o acesso a fundos de financiamento externo, nos vários programas nacionais e europeus, limita fortemente a efetivação de um conjunto mais alargado de novas propostas.

### **1.2.2 - Objetivos**

#### **EMPREGO**

1 - Apoiar os empreendedores com investimentos em áreas chave, que pela sua génese, sejam geradores de iniciativas que criem emprego.

2 - Fortalecer a base económica local.

3 - Dinamizar o tecido empresarial.

Neste contexto preconizamos o seguinte:

- Criação da agência de captação de investimento, com o objetivo de estimular a criação de emprego (novos 500 postos de trabalho).
- Criação do Programa Start-Up Chaves, no qual os jovens possam desenvolver os seus projetos e criar a sua empresa/negócio.
- Criação de um fundo municipal de apoio ao empreendedorismo, destinado a estimular o investimento e a inovação em produtos e/ou serviços locais (€ 250.000,00/ano).
- Implementação do Simplex Autárquico, com o objetivo de simplificar, acelerar e tornar transparente os processos de licenciamento municipais.
- Reforço de incentivos fiscais municipais para os novos investimentos, mas também para a ampliação dos existentes.

#### **TURISMO E AMBIENTE**

1 - Valorizar a identidade local do município.

2 - Valorizar o património histórico e natural existente.

3 - Respeitar o meio ambiente.

Nesse sentido preconizamos o seguinte:

- Classificação da Ponte Romana de Chaves a Património da Humanidade;
- Criação da Feira de Turismo e Negócios do Alto Tâmega, como forma de afirmação e valorização das atividades turísticas e económicas do Alto Tâmega;



- Reorganização técnica e funcional dos balneários termais de Chaves e de Vidago, em vista a valorização e afirmação da respetiva vocação terapêutica e turística;
- Requalificação e recuperação ambiental do rio Tâmega, em vista a permitir a sua utilização para fins balneares;
- Valorização cultural e económica do equipamento municipal, Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, através da sua integração nos circuitos dos grandes eventos culturais (implementando a lógica do mecenato cultural, a fim de garantir a sustentabilidade económica);
- Conclusão imediata da obra do Museu das Termas Romanas, ao mais baixo custo, a fim de poder ser valorizado o seu espólio;
- Requalificação ambiental do Rivelas e a construção de um corredor pedonal;
- Promoção de parcerias para a realização de circuitos específicos, como por exemplo o circuito da água, circuito românico, circuitos do contrabando, que possam funcionar de forma complementar, gerando assim novas dinâmicas e criando escala entre eles;
- Colocação de informação de natureza turística no património histórico existente no concelho, bem como melhorar a respetiva iluminação, nomeadamente no Centro Histórico;
- Promover a criação de uma identidade agregadora das referências turísticas de Chaves e a reafirmação da nossa identidade gastronómica e cultural, envolvendo os comerciantes e a restauração.

## **EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

- 1- Promover uma melhor cidadania
- 2- Estimular os cidadãos tornando-os interventivos e mais capazes.
- 3- Desenvolver a produção local de produtos culturais.
- 4- Valorizar, modernizar e desenvolver o movimento associativo.

### Ambicionamos, neste âmbito:

- Reforçar a dotação para as Bolsas Escolares para o Ensino Superior, de modo a acomodar a atribuição de 50 bolsas por ano;
- Desenvolver o Plano Municipal de Cultura como instrumento essencial para a visão e gestão integrada de todos os projetos que concretizem a política cultural do Município, criando assim condições para a otimização da oferta entre os diferentes agentes culturais, tornando-a mais eficiente e apelativa;
- Orientar os serviços municipais responsáveis pela Cultura para a lógica de mediação cultural, com o objetivo de reforçar as pontes entre a autarquia e as associações locais;



- Implementar política de parcerias para a conceção, promoção e implementação da oferta cultural e de lazer;
- Criação do Centro de Ciência Viva;
- Criação festival musical de âmbito nacional;
- Criar um Programa de Ocupação de Jovens, com oficinas de expressão artística, particularmente nos períodos de férias escolares;
- Consolidar a parceria existente com a Academia das Artes de Chaves;
- Valorizar e dar maior expressão cultural e relevância económica à Festa dos Povos;
- Apoiar as Bandas de Música do Concelho;
- Apoiar as associações e clubes desportivos do concelho;
- Apoiar a Universidade Sénior, no domínio das artes;
- Adotar uma política de apoio ao movimento associativo, que visa a sua valorização, modernização e desenvolvimento;
- Apoiar a produção local de produtos culturais (peças de teatro, exposições de pintura, exposições de esculturas, filmes e certames musicais);
- Criar espaços dirigidos aos jovens, dotados de valências que lhes permitam desenvolver diferentes atividades criativas (música, teatro, artes plásticas).

## **AGRICULTURA E FLORESTA**

- 1 - Potenciar a produção agrícola, pecuária e florestal no nosso território
- 2 - Promover praticas de gestão ecologicamente sustentável
- 3 - Promover o crescimento da rentabilidade económica do setor

### Nessa medida, pretendemos:

- Reforçar as dotações para o Programa de Prevenção Florestal;
- Apoiar a produção pecuária, através de um subsídio municipal aos agricultores que criem bovinos e pequenos ruminantes (caprinos e ovinos), que os reembolse dos custos com a sanidade animal;
- Fomentar a instalação de agro-indústria, equacionado a possibilidade de criação de parques agroindustriais no concelho, como forma de criar mais valor para as nossas produções agrícolas;
- Apoiar a constituição de associações de defesa e promoção dos produtos locais com crescente potencial económico, designadamente vinho, castanha e frutos vermelhos;
- Requalificação e limpeza de caminhos agrícolas e florestais;



- Incentivar o consumo dos produtos agrícolas produzidos no município, junto das instituições que servem refeições à comunidade;
- Promover a realização de planos de gestão de baldios em parceria com universidades especializadas na gestão florestal;
- Privilegiar a limpeza dos caminhos florestais e linhas de combate aos incêndios (aceiros e corta-fogos) num esforço concertado entre todas as entidades competentes.

### **CENTRO HISTÓRICO E COMÉRCIO LOCAL**

- 1 - Reanimar a atividade comercial no centro histórico.
- 2 – Promover a requalificação dos edifícios com relevância histórico-cultural.
- 3 -Incentivar o investimento privado nas funções habitacionais, comerciais e de serviços;

#### **Pretendemos:**

- Implementação faseada de plano de requalificação e reabilitação do centro histórico de Chaves, com intuito de atrair investimento privado nas funções habitacionais, comerciais e de serviços;
- Apoiar o comércio local recorrendo às novas políticas de urbanismo comercial;
- Limpeza e higienização de todos os espaços públicos da cidade, particularmente das zonas mais nobres ou com vocação turística e comercial mais acentuada;
- Requalificação do antigo Cineteatro de Chaves;
- Repensar a mobilidade automóvel e pedonal no centro de Chaves como forma de animar o comércio local;
- Aquisição de duas ou três casas da zona histórica, por ano, em estado avançado de degradação a fim de serem reconstruídas e colocadas no mercado de arrendamento para os jovens;
- Reposição de jardins e espaços verdes eliminados, como forma de restaurar a imagem de “Chaves, cidade jardim”;
- Colaborar no processo de requalificação dos edifícios com relevância histórico-cultural.

### **AÇÃO SOCIAL**

- 1 - Reforçar o trabalho em rede para apoio aos grupos mais vulneráveis da comunidade.
- 2 - Cooperar com as várias entidades da economia solidária.
- 3 - Desenvolver respostas sociais de proximidade.



4 - Apoiar socialmente as famílias mais desfavorecidas

5 - Requalificação a habitação social.

Concretamente, são nossos objetivos:

- Proceder à requalificação dos bairros sociais existentes, realizando, nomeadamente, trabalhos de substituição das coberturas em fibrocimento dos bairros sociais e intervindo nas zonas comuns e de utilização coletiva.
- Reforçar os apoios às famílias em situação de carência ou exclusão designadamente, na área da saúde, com medicamentos, consultas ou próteses, bem como no acesso aos cuidados termais.
- Criar o Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, que garante o acesso em condições preferenciais a equipamentos culturais, desportivos e às Termas de Chaves e de Vidago.
- Consumo mínimo garantido de água, luz e gás, nas famílias em situação pobreza aguda.
- Atribuição de bolsas municipais de habitação destinadas a famílias em situação de emergência social.
- Promover o “Emprego Social” - programa de apoio social e material a famílias carenciadas, através do voluntariado, em articulação com as entidades de solidariedade social.
- Apoio social às famílias mais desfavorecidas com dificuldades habitacionais, designadamente para a melhoria das condições de habitabilidade e execução de obras de adaptação nas habitações de pessoas com mobilidade reduzida.
- Reforçar o apoio às instituições sociais existentes no concelho, através da realização de acordos e parcerias que garantam utilização racional e eficiente das respostas sociais existentes.
- Desenvolver parcerias com todas as instituições de solidariedade social, a fim de criar uma rede de serviços sociais de proximidade, para alargar o apoio domiciliário e o serviço de refeições aos mais carenciados, bem como apoio psicossocial e serviço de teleassistência.
- Mobilizar vizinhos e coletividades para o acompanhamento e apoio de idosos em situação de isolamento ou solidão.
- Criar o Cartão Municipal Sénior que garante o acesso em condições preferenciais a todos os equipamentos municipais.
- Realizar campanhas de sensibilização contra a violência doméstica e criar uma Comissão de Proteção do Idoso.
- Assumir o compromisso de comparticipação financeira no fornecimento diário de



refeições e banhos às pessoas mais vulneráveis.

- Consolidar a Rede Social de Chaves.

### **EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

- 1- Adequar os serviços, equipamentos e infraestruturas às necessidades dos cidadãos.
- 2- Implementar uma política de transparência no âmbito das finanças municipais.
- 3- Promover a rápida conclusão da revisão do PDM.
- 4- Requalificar a rede viária.
- 5- Construir os equipamentos municipais em falta no apoio ao desporto.

#### Nesse sentido, vamos concretizar as seguintes ações:

- Redução do IMI para a taxa mínima (0,30%), no horizonte temporal do mandato em curso;
- Redução, em 10%, do preço da água/saneamento e resíduos, no horizonte temporal do mandato em curso;
- Construção de piscinas cobertas municipais;
- Construção de um Pavilhão Multiusos que permita a realização de feiras, congressos e atividades desportivas;
- Encetar ações que permitam a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros à disposição do município de forma mais eficiente e eficaz;
- Implementar uma política de transparência no âmbito das finanças municipais, divulgando informação financeira referente a processos de aquisição de bens de capital e obras municipais;
- Promover a rápida conclusão da revisão do PDM, corrigindo as incongruências existentes;
- Desburocratização dos serviços camarários em nome de maior celeridade e simplificação de processos tornando-os mais acessíveis a todos;
- Requalificação da estrada municipal 507 (Chaves-Montalegre), garantido a criação de passeios no troço Chaves/S. Caetano;
- Requalificação da estrada N 314, Chaves/Carrazedo Montenegro;
- Conclusão da ligação rodoviária entre a A24 e o Hospital de Chaves;
- Apoiar a construção de Equipamentos Sociais (Lares e Centros de Dia), para os casos em que não exista adequada resposta social;
- Executar planos de acessibilidade/mobilidade municipais, permitindo a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas para pessoas com mobilidade reduzida.



## **SAÚDE**

- 1 - Garantir uma prestação de cuidados de saúde de qualidade à população.
- 2 - Desenvolver um serviço móvel de enfermagem.
- 3 - Promover a saúde a toda a comunidade.

### Deste modo, vamos desenvolver as seguintes ações:

- Pugnar pelo reforço das valências no Hospital de Chaves;
- Encetar esforços para a recuperação da Unidade de Cuidados Continuados;
- Garantir em todas as comunidades um serviço móvel de enfermagem de apoio à saúde dos munícipes, em parceria com os centros de saúde e a saúde pública.
- Partilhar financeiramente o transporte de doentes com dificuldades económicas não comparticipados pelo estado, em colaboração com as Associações Humanitárias de Bombeiros;
- Desenvolver programas de reforço comunitário com destaque para a prevenção de doença e promoção de estilos de vida saudáveis.



## II - MAPAS ANEXOS E RESPECTIVA ANÁLISE

Os documentos referentes às GOP'S e ao Orçamento do Município para o ano económico de **2018**, são constituídos pelos seguintes anexos:

- Anexo I – Resumo do Orçamento
- Anexo II – Orçamento da Receita
- Anexo III – Orçamento da Despesa
- Anexo IV – Plano Plurianual de Investimentos e GOP'S
- Anexo V – Quadro Plurianual de Programação Orçamental
- Anexo VI – Mapa de Empréstimos
- Anexo VII – Mapa das Responsabilidades Contingentes

Com a entrada em vigor do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, previa-se, desde o ano de 2015, a vinculação da despesa e da receita a um quadro plurianual de programação orçamental numa base móvel de quatro anos.

**Por ausência de regulamentação, não haviam sido elaborados, em anos anteriores os respetivos mapas QPPO. Contudo, na sequência da divulgação da Nota Informativa n.º 1/2016 da CCDRN, relativa à elaboração, para o horizonte temporal 2017-2020, do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e cujo entendimento foi objeto de articulação com a Direção-Geral das Autarquias Locais, veio a ser superiormente determinado, acolhendo tais orientações, proceder à elaboração do referido Mapa, o qual consta como Anexo V.**

**Tal mapa foi elaborado de acordo com os pressupostos constantes no Planos de saneamento em vigor, em termos de receitas e despesas totais.**

### 2.1 - O Orçamento

A gestão económica e financeira do Município assenta no pressuposto de que a atividade a desenvolver tem subjacente o cálculo, à priori, das receitas e das despesas. O orçamento é assim um quadro de natureza contabilística, onde são previstas todas as receitas que a Autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar num ano civil.

Assenta em três funções: a Função Económica, a Função Política e a Função Jurídica. A primeira, é expressa num quadro que apresenta as previsões de receitas e despesas, a segunda traduz-se numa autorização para arrecadar receitas e afetá-las aos encargos



decorrentes da execução dos projetos e ações, a terceira é uma função reguladora do poder do órgão Autárquico, que vai executar o orçamento nos termos da lei vigente.

Este documento apresenta a previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o código de contas da classificação económica em vigor para as autarquias locais, constante do classificador aprovado pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, na adaptação feita às autarquias locais.

O Orçamento é constituído por dois mapas:

#### Mapa resumo das receitas e das despesas

A previsão das Receitas e das Despesas para 2018 encontra-se traduzida no seguinte quadro, o qual resume a distribuição dos montantes segundo a natureza da Receita e da Despesa – Corrente e Capital:

RESUMO DO ORÇAMENTO 2018			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes .....	33 423 471,04 €	Correntes .....	23 971 967,09 €
De capital .....	10 214 931,76 €	De capital .....	19 666 435,71 €
<b>Total</b>	<b>43 638 402,80 €</b>	<b>Total</b>	<b>43 638 402,80 €</b>
<b>Total Geral</b>	<b>43 638 402,80 €</b>	<b>Total Geral</b>	<b>43 638 402,80 €</b>

O quadro seguinte traduz a variação da poupança corrente gerada em sede de elaboração dos Documentos Previsionais do ano de 2016, 2017 e a prevista para 2018:

	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Poupança Corrente
2016	32.773.659,95€	24.796.686,21€	7.976.973,74€
2017	29.825.244,07€	22.625.082,65€	7.200.161,42€
2018	33 423 471,04 €	23 971 967,09 €	9 451 503,95 €

Mapa das receitas e das despesas, desagregado segundo a classificação económica.

As despesas orçamentais podem, sem carácter obrigatório, ser desagregadas em conformidade com a estrutura orgânica da autarquia local, devendo, pelo menos, contemplar as seguintes:



### 0101 – Assembleia municipal;

### 0102 – Câmara Municipal e Serviços Municipais;

### 0103 – Operações Financeiras.

A elaboração dos documentos previsionais obedece a um conjunto de regras e princípios orçamentais previstos no capítulo II, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e no ponto 3.1.1 do POCAL, designadamente:

- a) Princípio da anualidade;
- b) Princípio da unidade;
- c) Princípio da universalidade;
- d) Princípio da especificação;
- e) Princípio do equilíbrio;
- f) Princípio da não consignação;
- g) Princípio da não compensação;
- h) Princípio da legalidade;
- i) Princípio da estabilidade orçamental;
- j) Princípio da autonomia financeira;
- k) Princípio da transparência;
- l) Princípio da solidariedade nacional recíproca;
- m) Princípio da equidade intergeracional;
- n) Princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado;
- o) Princípio da tutela inspetiva.

Também se encontra subjacente à elaboração do orçamento, o estrito cumprimento das regras previsionais previstas e estabelecidas no ponto 3.3 do POCAL, as quais serão enunciadas na análise estrutural do orçamento.



## 2.2 - Orçamento da Receita

### 2.2.1 – Receita Corrente

As receitas correntes aumentam o ativo financeiro do Município e reduzem o património não duradouro, isto é, aquele cujos elementos estão subordinados às Autarquias Locais por período inferior a um ano.

São receitas que resultam da atividade normal ou gestão financeira corrente da Autarquia, repetindo-se e renovando-se em todos os períodos financeiros.

Para cumprimento da regra previsional prevista na alínea a) do ponto 3.3.1, do POCAL, a qual determina que “...as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, exceto no que respeita a receitas novas, bem como dos regulamento de taxas e tarifas que já tenham sido objeto de deliberação, devendo então, juntar-se ao orçamento os estudos ou análises técnicas elaboradas para determinação dos seus montantes”, foram apurados e determinados os montantes a prever para o **exercício de 2018**, respeitante aos agrupamentos “**01 – Impostos Diretos**”, “**02 – Impostos Indiretos**” e “**04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades**”.

Para efeitos de dotação orçamental das rubricas referidas, considerou-se como princípio de boa gestão previsional, a assunção, para o exercício de 2018, dos valores liquidados e não cobrados relativos a taxas de ocupação de sub-solo e espaço aéreo e respetivos juros moratórios, cujos documentos emitidos em nome das diversas operadoras sedeadas no Concelho de Chaves, já foram objeto de decisão judicial, algumas delas aguardando sentença por parte de TAF de Mirandela e, bem assim, os valores, da mesma natureza e relativos aos documentos liquidados em 2017, ainda não provisionados contabilisticamente.

Tais valores, ao abrigo das referidas decisões judiciais dão guarida à legítima expectativa de cobrança, em 2018.

Quanto ao agrupamento “05 – Rendimentos de propriedade”, foi utilizado o método previsional da média dos últimos exercícios, cuja receita respeita a juros credores provenientes de depósitos bancários e ainda a rendas de ativos não produtivos, designadamente terrenos, edifícios e utilização de bens de domínio público.

Ainda neste agrupamento, e domiciliada na rubrica económica 05.07.03.03, encontra-se prevista receita proveniente da E.H.A.T.B., resultante da distribuição de dividendos das seguintes sociedades participadas, cujos valores vieram a ser comunicados pela referida empresa, via ofício refa. 2017/1525, de 10/11/2017:

- a) E.H.A.T.B., E.I.M., S.A.;



- b) Eólica de Montenegrelo, S.A.;
- c) Eólica da Serra das Alturas, S.A.;
- d) Eólica da Padrela, Lda.;
- e) Eólica do Barroso;
- f) Eólica de Atilhó, Lda..
- g) Atberg, Élicas do Tâmega, Lda.

Também se encontra registada neste agrupamento a receita proveniente das rendas de concessão pagas trimestralmente pela EDP – Distribuição de Energia, S.A, e decorrentes da utilização dos ativos municipais, legitimada pela transmissão de direitos da autarquia destinados à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho.

Relativamente às importâncias provenientes de transferências no âmbito da participação nos impostos do Estado, determina a regra previsional prevista no ponto 3.3.1 do POCAL que *“até à publicação do Orçamento de Estado para o ano a que respeita o orçamento autárquico, as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado não podem ultrapassar as constantes do orçamento de Estado em vigor, atualizadas com base na taxa de inflação prevista.”*

Contudo, à data atual, já se encontra divulgada a proposta de **LOE para 2018**, pelo que forma assumidos os valores da mesma constante, designadamente no seu MAPA XIX:

Transferências da Administração Central- Estado	2016	2017	2018	variação 2016/2017 (%)	variação 2017/2018 (%)
Transferências Correntes - Estado	12 343 638,00 €	12 687 439,00 €	12 886 913,00 €	2,79%	1,57%
Fundo de equilíbrio financeiro - corrente	10 331 972,00 €	10 731 698,00 €	10 810 212,00 €	3,87%	0,73%
Fundos Social Municipal	711 275,00 €	711 275,00 €	711 275,00 €	0,00%	0,00%
Participação no IRS	1 300 391,00 €	1 244 466,00 €	1 365 426,00 €	-4,30%	9,72%
Transferências de Capital - Estado	1 147 997,00 €	1 192 411,00 €	1 201 135,00 €	3,87%	0,73%
Fundo de equilíbrio Financeiro - capital	1 147 997,00 €	1 192 411,00 €	1 201 135,00 €	3,87%	0,73%

Quanto às transferências provenientes da DGESTE, as mesmas dizem respeito às comparticipações no custo dos vencimentos das assistentes operacionais a desempenhar funções em diversos jardins-de-infância do concelho, a comparticipação nas refeições escolares, transportes escolares e ainda, apoio a atividades de animação e apoio à família.

Foram ainda contempladas verbas provenientes de outras transferências correntes e capital por outras entidades, em obediência pela regra previsional prevista na alínea c) do ponto 3.3.1. do POCAL, a qual determina que as mesmas *“só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes*



*dotações da despesa, resultante de uma previsão superior ao da receita do fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizados como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações de despesa.”.*

A título de natureza corrente, encontram-se previstas receitas no âmbito da participação comunitária em projetos cofinanciados pelo FEDER, dizendo respeito a projetos já aprovados no âmbito do PACTO CIM-AT, designadamente, **“Envelhecimento saudável”** e **“Promoção do Sucesso e Combate ao abandono escolar”**, e, em execução.

Ainda neste capítulo são previstas receitas provenientes de Serviços e Fundos Autónomos, designadamente do IEPF e ISSS, relativamente ao Programa **“Estágios Profissionais”**, **“Programa Emprego-Inserção”**, **“Programa Emprego – inserção +”**, e no âmbito do **Protocolo de Cooperação celebrado com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco**.

Proveniente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena, contemplou-se uma verba referente aos resultados da produção de energia do aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia.

Relativamente ao agrupamento 07- “Vendas de Bens e Serviços correntes”, o mesmo domicilia receitas referentes ao produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento e ainda recebimentos de prestação de serviços, pela aplicação de preços idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos.

Na venda de bens, foi efetuada uma previsão de receitas oriundas da venda de livros técnicos e documentação técnica, relacionados direta ou indiretamente com a atividade autárquica, bem como o produto de cobranças provenientes de vendas ao sector particular ou empresarial de publicações e impressos.

Pela aplicação da média dos últimos exercícios e avaliação direta, foi apurado o montante previsto para **2018**.

Em “Venda de Mercadorias” foi estimada a receita proveniente da venda água ao domicílio, decorrente de contratos celebrados com os munícipes, mediante a aplicação de uma tarifa, de acordo com a respetiva natureza de consumidores e de acordo com os escalões previstos.

Na receita decorrente de serviços prestados, encontram-se previstos os montantes que respeitam a contratos de arrendamento ou aluguer esporádico de espaços ou equipamentos municipais.

Nesta receita enquadra-se o serviço prestado relativo à recolha, depósito e tratamento de lixos dos Resíduos Sólidos Urbanos, a qual se encontra concessionada à RESINORTE e à Rede Ambiente, para recolha de resíduos / limpeza urbana.

Encontra-se ainda prevista a receita proveniente dos passes escolares pagos pelos alunos beneficiários do serviço de transportes que o Município contratualiza com prestadores de serviços



de Transportes Escolares. Foi aplicada a ponderação da média de arrecadação de receita dos últimos exercícios.

Em “Trabalhos por conta de particulares”, enquadram-se as receitas resultantes da venda de serviços prestados pela Autarquia, pela realização de trabalhos requisitados ou da responsabilidade de pessoas singulares ou coletivas, designadamente a reconstrução de passeios, demolições e outras obras e serviços. Foi aplicado o critério da média dos últimos exercícios.

Encontra-se também prevista a receita a arrecadar relativamente a “Rendas”, as quais abrangem os montantes provenientes do arrendamento de casas e de outros edifícios para fins habitacionais ou outros.

Destacam-se neste capítulo, as receitas provenientes das Rendas de Habitação Social referente ao Bairro dos Aregos, Bairro dos Fortes, Bairro de Casas dos Montes e Bairro Social de Vidago.

Estes montantes são atualizados de acordo com a legislação reguladora – Decreto-Lei n.º166/93 de 07 de Maio.

Também se enquadram neste capítulo as Rendas de outros edifícios, património do Município e para fins não habitacionais (armazenagem, guarda ou arrecadação de artigos ou materiais, comércio ou indústria), incluindo as rendas dos pavilhões da MARC., S.A, decorrentes do processo de internalização.

Proveniente da E.H.A.T.B. encontra-se também prevista receita pela exploração de Parques Eólicos, correspondente a 2,5% da sua produção.

Quanto ao Capítulo 08 – “Outras Receitas Correntes”, encontram-se domiciliadas verbas previstas arrecadar com receitas não tipificadas em artigo próprio do agrupamento, designadamente indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em qualquer outro equipamento da Autarquia e a eventual recuperação de IVA.

Enquadra-se também, a receita proveniente do prolongamento do horário dos Jardins-de-Infância de Chaves e de Vidago, pago pelos alunos beneficiários, e, ainda, a receita proveniente da Feira “Sabores e Saberes de Chaves” e outras receitas correntes residuais.

O quadro seguinte traduz a variação da previsão de **2016** para **2018**, por agrupamento da receita corrente:



VARIAÇÃO POR AGRUPAMENTO DA RECEITA CORRENTE					
COMPONENTE	2016	2017	2018	TX CRESCIMENTO 2016/2017	TX CRESCIMENTO 2017/2018
01 - IMPOSTOS DIRETOS	5 414 571,31 €	5 818 650,63 €	5 764 362,19 €	7,46%	-0,93%
02 - IMPOSTOS INDIRETOS	4 845 201,16 €	1 305 647,42 €	5 797 521,98 €	-73,05%	344,03%
04 - TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	354 118,81 €	457 704,52 €	482 630,80 €	29,25%	5,45%
05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3 138 010,03 €	1 920 193,26 €	1 589 464,91 €	-38,81%	-17,22%
06 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13 317 535,10 €	14 188 425,55 €	13 849 542,26 €	6,54%	-2,39%
07 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 343 983,70 €	5 864 029,25 €	5 823 351,29 €	9,73%	-0,69%
08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	360 239,84 €	227 360,31 €	116 597,61 €	-36,89%	-48,72%
TOTAL AGRUPAMENTO	32 773 659,95 €	29 782 010,94 €	33 423 471,04 €	-9,13%	12,23%

### 2.2.2 – Receita de Capital

O agrupamento “09- Venda de Bens de Investimento” compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento.

Nele se enquadram as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil.

**A título previsional e tendo em conta o disposto no artº83º da LOE para 2017, os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2018, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.**

**O nº 2, do mesmo artigo prevê que “a receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser excecionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.”**

No cumprimento de tal preceito legal, veio a determinar-se um valor **397.716,32€**, em “Venda de bens de investimento”, para o exercício de **2018**, influenciado pelo contrato-promessa celebrado com a empresa “Solar Investment Imobiliária Lda.”, destinado à alienação dois prédios: Urbano - “SOLAR DE OUTEIRO SECO” e Rústico - “EIRA”, sítos no Eiró, na freguesia de Outeiro Seco, Concelho de Chaves, do qual já foram cobrados pelo Município, cerca de 50%.

Relativamente ao agrupamento “10 – Transferências de Capital”, enquadram-se os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital, incluindo as receitas relativas a cauções e depósitos de garantia que revertem a favor da autarquia, bem como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.



Proveniente do Estado, encontra-se domiciliada a participação do Município nos impostos do Estado, de natureza “capital” – Fundo de Equilíbrio Financeiro”, cuja previsão foi apurada mediante os valores previstos na **Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2018 – mapa XIX**.

Neste agrupamento foram também consideradas as verbas referentes ao cofinanciamento estatal e comunitário em projetos candidatados e aprovados, alguns já concluídos, outros com execução física e financeira em curso, por natureza do respetivo fundo.

No quadro seguinte é traduzida a variação da previsão, por agrupamento da receita de Capital:

VARIAÇÃO DA PREVISÃO POR AGRUPAMENTO DA RECEITA DE CAPITAL					
DESIGNAÇÃO	2016	2017	2018	TX CRESCIMENTO 2016/2017	TX CRESCIMENTO 2017/2018
<b>09- VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO</b>	<b>251 920,70 €</b>	<b>256 318,18 €</b>	<b>397 716,32 €</b>	<b>1,75%</b>	<b>55,17%</b>
09 01 TERRENOS	207 958,53 €	184 637,27 €	215 245,61 €	-11,21%	16,58%
09 02 HABITAÇÕES	42 371,90 €	50 390,64 €	50 830,59 €	18,92%	0,87%
09 03 EDIFÍCIOS	1 590,27 €	21 190,27 €	128 810,00 €	1232,50%	507,87%
09 04 OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	0,00 €	100,00 €	2 830,12 €		2730,12%
<b>10 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>4 709 604,03 €</b>	<b>8 293 104,57 €</b>	<b>9 678 015,44 €</b>	<b>76,09%</b>	<b>16,70%</b>
10 01 - SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	800 002,00 €	400 300,00 €	289 300,00 €	-49,96%	-27,73%
10 03 01 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1 147 998,00 €	1 197 411,00 €	1 201 235,00 €	4,30%	0,32%
10 03 01 01 Estado - FEF	1 147 997,00 €	1 192 411,00 €	1 201 135,00 €	3,87%	0,73%
10 03 01 99 Outras	1,00 €	5 000,00 €	100,00 €	499900,00%	-98,00%
10 03 07 ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO- FINANCIADOS	2 703 477,90 €	6 639 843,57 €	7 917 103,05 €	145,60%	19,24%
10 03 08 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	58 125,13 €	55 450,00 €	270 277,39 €	-4,60%	387,43%
10 07 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1,00 €	100,00 €	100,00 €	9900,00%	0,00%
<b>11 - ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>857 542,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-100,00%</b>	
<b>13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>20 000,00 €</b>	<b>87 290,02 €</b>	<b>139 200,00 €</b>	<b>336,45%</b>	<b>59,47%</b>
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5 839 066,73 €</b>	<b>8 636 712,77 €</b>	<b>10 214 931,76 €</b>	<b>47,91%</b>	<b>18,27%</b>



## 2.3 – Orçamento da Despesa

No que diz respeito à assunção das despesas, também devem ser consideradas um conjunto de regras previsionais dispostas no POCAL e em diplomas, normas ou regulamentos relacionados.

Destacam-se, neste âmbito, a importância da previsão com os limites legais de despesa com pessoal, bem como a obrigatoriedade da discriminação das despesas da Assembleia Municipal e ainda as despesas relativas ao processo de articulação entre as Opções do Plano e Orçamento.

### 2.3.1 – Despesa Corrente

A LAL estipula, no nº 3 do art.º 52º-A, que no Orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa de Assembleia Municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal, bem como para a aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação.

A classificação orgânica é assim designada:

0101 – Assembleia Municipal;

No órgão da Assembleia Municipal, foram inscritas as dotações orçamentais, com a classificação em vigor para as Autarquias Locais, nas seguintes rubricas:

010204 – Ajudas de Custo .....2.500,00€;

010213 – Outros Suplementos e Prémios..... 42.739,60€;

0102 – Câmara Municipal e serviços municipais;

0103 – Operações Financeiras.

#### *“Despesas com pessoal – Agrupamento 01”*

Este agrupamento prevê todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Autarquia, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem serviço ao Município nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença.

Também se compreendem neste agrupamento as despesas que o município suporta, como entidade patronal, com a Segurança Social dos seus funcionários.



Os montantes apurados para as despesas com pessoal levaram em linha de conta as orientações previstas na LOE 2017, designadamente quanto ao controlo de recrutamento de trabalhadores, bem como as alterações produzidas à Lei 49/2012, de 29 de agosto.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 01 - DESPESAS COM PESSOAL					
Agrupamento	2016	2017	2018	tx. Crescimento 2016/2017	tx. Crescimento 2017/2018
0101 - Remunerações Certas e Permanentes	6 697 767,19 €	6 515 123,97 €	7 022 114,75 €	-2,73%	7,78%
0102 - Abonos Variáveis e eventuais	155 776,42 €	184 692,35 €	186 679,03 €	18,56%	1,08%
0103 - Segurança Social	1 683 163,55 €	1 801 033,79 €	2 013 328,73 €	7,00%	11,79%
<b>Total agrupamento</b>	<b>8 536 707,16 €</b>	<b>8 500 850,11 €</b>	<b>9 222 122,51 €</b>	<b>-0,42%</b>	<b>8,48%</b>

### *“Aquisição de Bens e Serviços – Agrupamento 02”*

Neste agrupamento estão contempladas, de um modo geral, quer as despesas com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, quer com a aquisição de serviços, desdobrando-se nos seguintes subagrupamentos:

0201 – Aquisição de Bens, no qual são classificados os bens que em regra tenham pelo menos um ano de duração, devendo por isso ser inventariáveis, os quais não contribuem para a formação de capital fixo e não sendo por isso bens de capital. Também se enquadram os bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, não sendo por isso, inventariáveis.

A previsão efetuada considerou todos os contratos de fornecimento e/ou serviços de execução contínua, em curso ou a celebrar, com respeito pelos respetivos cronogramas financeiros e planos de pagamento.

Foram respeitados os cabimentos autorizados e os compromissos assumidos a transitar.

Para as despesas obrigatórias das quais não existe quantificação global, foi efetuada uma análise dos encargos mensais dos últimos exercícios para o cálculo anual a inscrever em **2018**, com base nas contas correntes e balancetes respetivos, bem como os projetos a desenvolver no âmbito do quadro comunitário de apoio, em vigor, Portugal 2020.



VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	2016	2017	2018	Taxa Crescimento 2016/2017	Taxa Crescimento 2017/2018
0201-Aquisição de bens	3 934 252,89 €	3 492 382,80 €	4 308 800,00 €	-11,23%	23,38%
0202-Aquisição de serviços	8 504 462,70 €	8 029 654,86 €	8 263 325,47 €	-5,58%	2,91%
Total agrupamento	12 438 715,59 €	11 522 037,66 €	12 572 125,47 €	-7,37%	9,11%

### ***“Juros e Outros Encargos – Agrupamento 03”***

Neste agrupamento são previstos os montantes dos juros decorrentes de empréstimos já contratualizados pelo Município, considerando a evolução do indexante aplicável e levando em conta o mapa de encargos da dívida apresentado pelas respectivas instituições bancárias domiciliárias dos referidos mútuos.

**Destaca-se a assunção dos encargos com juros dos empréstimos contratualizados pela MARC, S.A, junto do Millennium BCP e decorrentes do processo de internalização do património Ativo e Passivo da empresa, no Município de Chaves, ocorrido no ano de 2017.**

Estes montantes são classificados em “juros da dívida pública”, englobando também as outras despesas inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento, como as comissões de subscrição e gestão e despesas de manutenção das contas respetivas.

Para os juros de Locação financeira, foi efetuada uma avaliação semelhante, com suporte nos mapas das instituições de crédito contendo informação atualizada relativa aos encargos no âmbito dos contratos de Leasing assumidos.

Na rubrica “Outros Juros” estão contemplados juros decorrentes de Acordo de regularização de dívida, ainda em vigor, com o “Estado Português”, no âmbito das expropriações litigiosas no Quadro do Programa Polis, **cujo término ocorrerá em janeiro de 2018.**

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS					
	2016	2017	2018	Taxa Crescimento 2016/2017	Taxa Crescimento 2017/2018
0301-Juros da Dívida pública	601 142,56 €	644 391,68 €	349 454,68 €	7,19%	-45,77%
0303-Juros de locação Financeira	2 067,96 €	84,75 €	100,00 €	-95,90%	17,99%
0305-Outros Juros	1 811 751,00 €	200 200,00 €	110 100,00 €	-88,95%	-45,00%
0306-Outros encargos financeiros	100,00 €	100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%
TOTAL AGRUPAMENTO	2 415 061,52 €	844 776,43 €	459 754,68 €	-65,02%	-45,58%



### **“Transferências Correntes – Agrupamento 04”**

Este agrupamento prevê as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com o Município.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
	2016	2017	2018	Taxa Crescimento 2016/2017	Taxa Crescimento 2017/2018
0405 - Administração local	6 188,61 €	46 162,28 €	93 300,00 €	645,92%	102,11%
0407 - Instituições sem fins Lucrativos	503 000,00 €	490 100,00 €	628 100,00 €	-2,56%	28,16%
0408 - Famílias	181 603,60 €	100 366,00 €	139 371,36 €	-44,73%	38,86%
0409 - Resto do Mundo	12 000,00 €	100,00 €	100,00 €	-99,17%	0,00%

Este capítulo traduz o apoio concedido ao desenvolvimento de eventos de interesse Local e/ou atividades de natureza social, cultural, desportiva e recreativa, bem como forma de apoiar estratos sociais desfavorecidos e apoios de natureza corrente para outras entidades.

As previsões obedeceram aos limites impostos pelo Plano de Saneamento Financeiro.

### **“Subsídios – Agrupamento 05”**

Neste agrupamento consideram-se os fluxos financeiros não reembolsáveis pelas Autarquias Locais para as empresas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, bem como apoios a famílias, designadamente e no caso em concreto, atribuição de “Bolsas de Estudos ao Ensino Superior”, “Bolsas de Investigação” e “Apoio à Produção Pecuária”.

Encontra-se previsto neste agrupamento, e no cumprimento dos preceitos estabelecidos no artº 42º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e 19º e 51º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, um valor de 55.000,00€, a transferir para a GEMC, EM., e destinada à reposição do equilíbrio do resultado líquido (20.000,00€) e a título de subsídio à exploração, no valor de 35.000,00€, de acordo com mail proveniente das GEMC.EM, em 30/11/2017.

### **“Outras Despesas Correntes – Agrupamento 06”**

Este agrupamento inclui a restituição de impostos ou contribuições que não sejam em termos da lei em vigor por abate à receita.



Estão ainda contempladas as despesas resultantes da cedência temporária de ativos intangíveis englobando, nomeadamente, despesas de constituição, despesas de investigação e desenvolvimento de propriedade industrial e, ainda, os trespasses. Os montantes previstos desagregam-se pelas seguintes rubricas:

- Impostos e taxas
- Outras restituições
- IVA pago
- Serviços bancários
- Indemnizações
- IRC retido sobre juros
- Outras

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	2016	2017	2018	Taxa Crescimento 2016/2017	Taxa Crescimento 2017/2018
06-Outras Despesas Correntes	671 309,73 €	695 144,36 €	657 393,07 €	3,55%	-5,43%

### 2.3.2 – Despesa de Capital

Envolvem despesas que implicam alterações no património duradouro e que se traduzem no enriquecimento deste, contribuindo para a formação bruta de capital fixo, ou seja, bens de capital que se mantêm sem alteração no decurso da atividade autárquica, sofrendo apenas determinado desgaste na medida da sua utilização.

Estas despesas culminam na produção de bens e outros investimentos que conferem rendimentos ou acréscimos do bem-estar social.

**Saliente-se que, para uma correta leitura e interpretação destas despesas, os montantes previstos e classificados no “agrupamento 07”, resultam do somatório das ações constantes do PPI, pela classificação atribuída.**

### Aquisição de bens de capital – Agrupamento 07

Este agrupamento apresenta-se com três subagrupamentos sob a designação “Investimentos”, “Locação financeira” e “Bens de domínio público”.



0701 – Investimentos - Para efeitos do classificador aplicado às autarquias locais, “investimento” é encarado segundo a ótica de estrita natureza de investimento, pelo que, no âmbito daquele subagrupamento, se compreenderão, exclusivamente, as despesas com a aquisição e também as grandes reparações dos bens que contribuem para a formação de capital fixo, isto é, bens duradouros utilizados, pelo menos durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, viaturas, equipamento, edifícios, outras construções, etc.).

O conceito de “grande reparação” está associado não só ao maior ou menor custo das obras a realizar, mas às razões subjacentes às mesmas onde, necessariamente, terão de constar objetivos de acréscimo de duração ou da produtividade dos bens de capital em causa. Tratando-se de edifícios ou de habitações, constituem “grandes reparações” e, por conseguinte classificáveis nas respetivas rubricas de investimento, as obras que impliquem alteração das plantas dos imóveis. No caso de viaturas automóveis e de outro material de transporte com características semelhantes, considera-se “grande reparação” a que implica grande intervenção ou substituição ao motor.

Na aquisição de terrenos encontra-se prevista a aquisição de solos, plantações de natureza permanente e terrenos propriamente ditos.

070102 – Habitações - abrangem não só o valor da construção dos edifícios destinados inteira ou parcialmente a habitação, mas também as despesas efetuadas com grandes reparações, ampliação ou transformações importantes, incluindo as despesas com pintura interior e exterior das habitações novas e respeitantes a instalações permanentes, nomeadamente aparelhos de aquecimento inamovíveis, iluminação e canalização.

070103 – Edifícios - Também neste subagrupamento se incluem despesas com a construção, grandes reparações e transformações e ampliação de edifícios que não sejam destinados à habitação, contemplando ainda as edificações utilizadas com fins administrativos, escolas, ginásios, cresces, lares, mercados, armazéns e oficinas.

070104 – Construções Diversas - os montantes previstos para “Construções diversas”, dizem respeito à construção, grandes reparações ou a renovação de obras (ex. viadutos, arruamentos, estradas, pontes, parques de estacionamento de viaturas, parques desportivos, instalações de rede de esgotos, rede de abastecimento de água, parques e jardins, cemitérios...). Também se inclui nesta rubrica o custo de preparação de terrenos, como as terraplanagens e nivelamentos, necessárias à construção.

070106 – Material de transporte - este subagrupamento, prevê os montantes destinados à aquisição de veículos ligeiros e/ou viaturas de transporte de pessoas ou mercadorias. Compreende também as despesas com grandes reparações ou transformações que visem prolongar a vida útil normal prevista para este tipo de bens.



Os montantes considerados em “Equipamento de informática” e “Software informático” respeitam à aquisição de computadores, terminais, impressoras (hardware) e outros bens que, revestindo carácter de investimento, estão, direta e indiretamente, ligados à produção informática.

Para o “equipamento administrativo” foram previstos valores referentes a despesas com equipamento social, de desporto e cultural e ainda mobiliário diverso.

070110 – Equipamento básico - está contemplado, as despesas com instrumentos, máquinas, instalações e outros bens como os contadores de água e equipamento escolar, bem como os gastos adicionais com a adaptação de maquinaria e de instalações no desempenho das atividades próprias da autarquia.

Engloba as despesas com ferramentas e utensílios com duração superior a um ano e de valor unitário relevante e as despesas com obras de arte e decoração, de coleção e valor histórico relevante e recheios de museus e prevê ainda despesas com outros investimentos, não tipificadas em rubricas específicas.

0702 – Locação financeira – compreende as despesas com contratos de locação financeira de imóveis adquiridos, nos termos da legislação em vigor para esta tipologia.

0703 – Bens de domínio público – contemplam as despesas com bens de domínio público definidos nos termos da legislação em vigor como a classe dos bens do ativo imobilizado, afetos a uma finalidade cuja dominialidade é pública, sujeitos à impenhorabilidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e inexpropriabilidade.



## VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

	2016	2017	2018	Taxa Crescimento 2016/2017	Taxa Crescimento 2017/2018
070101-Terrenos	251 566,28 €	307 643,78 €	168 501,38 €	22,29%	-45,23%
070102- Habitações	15 000,00 €	684 415,60 €	219 859,30 €	4462,77%	-67,88%
070103-Edifícios	2 101 054,90 €	2 755 225,76 €	2 885 507,28 €	31,14%	4,73%
070104- Construções Diversas	895 441,97 €	837 644,30 €	2 062 525,35 €	-6,45%	146,23%
070106-Material de Transporte	145 000,00 €	150 000,00 €	92 312,28 €	3,45%	-38,46%
070107- Equipamento de Informática	142 525,89 €	303 517,35 €	280 796,27 €	112,96%	-7,49%
070108-Software Informático	148 660,94 €	106 500,00 €	280 834,44 €	-28,36%	163,69%
070109- Equipamento Administrativo	1 100,00 €	1 100,00 €	2 500,00 €	0,00%	127,27%
070110- Equipamento Básico	162 268,59 €	167 100,00 €	178 100,00 €	2,98%	6,58%
070111- Ferramentas e Utensílios	5 100,00 €	5 100,00 €	6 000,00 €	0,00%	17,65%
070112-Artigos e Objetos de Valor	500,00 €	1 000,00 €	57 700,00 €	100,00%	5670,00%
070115-Outros Investimentos	410 161,25 €	945 733,66 €	1 002 839,81 €	130,58%	6,04%
0702-Locação Financeira	124 894,71 €	125 599,47 €	125 621,52 €	0,56%	0,02%
0703-Bens de Domínio Público	2 759 555,28 €	5 049 930,38 €	7 684 331,04 €	83,00%	52,17%
TOTAL AGRUPAMENTO	7 162 829,81 €	11 440 510,30 €	15 047 428,67 €	59,72%	31,53%



“Transferências de Capital – Agrupamento 08, encontram-se previstas as comparticipações destinadas ao financiamento de despesas de investimento de instituições, Juntas de Freguesia e outras entidades. Foram respeitadas as previsões constantes do Plano de Saneamento financeiro.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
	2016	2017	2018	Taxa Crescimento 2016/2017	Taxa Crescimento 2017/2018
0805- Administração Local (Freguesias)	700 100,00 €	670 200,00 €	700 200,00 €	-4,27%	4,48%
0807 - Instituições sem fins Lucrativos	312 095,96 €	190 200,00 €	210 300,00 €	-39,06%	10,57%
0808 - Famílias	8 500,00 €	7 000,00 €	25 000,00 €	-17,65%	257,14%
TOTAL AGRUPAMENTO	1 020 695,96 €	867 400,00 €	935 500,00 €	-15,02%	7,85%

No agrupamento “09 - Ativos Financeiros” contabilizam-se as operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

Na sequência da publicação da lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico de recuperação financeira municipal, regulamentando o FAM – Fundo de Apoio Municipal, veio a ser determinada a obrigatoriedade, a partir de 2015, em os Municípios Portugueses contribuírem para o Fundo de Apoio Municipal – FAM, o qual será realizado no prazo de sete anos.

No caso em concreto do Município de Chaves, veio a ser comunicada uma contribuição global de 1.394.557,25€, sendo que, para o ano **de 2018**, verifica-se uma previsão de 199.222,00€.

O agrupamento “10 – Passivos Financeiros” compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, contratualizados pelo Município e destinados ao financiamento de projetos de investimento, contemplando, também, o valor das amortizações, relativos aos contratos de empréstimo celebrados no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro e, bem assim, as amortizações decorrentes da internalização do património Ativo e Passivo da MARC.S.A.; contratualizados junto do Millennium BCP.



O agrupamento “11 - Outras despesas de capital” contempla despesas de carácter residual, que, embora de natureza capital, não sejam classificáveis em qualquer outra rubrica.

VARIAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS: 09 – ATIVOS FINANCEIROS; 10 - PASSIVOS FINANCEIROS E 11 – OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
	2016	2017	2018	Taxa Crescimento 2016/2017	Taxa Crescimento 2017/2018
09-Ativos Financeiros	199 524,00 €	100 111,00 €	199 722,00 €	-49,83%	99,50%
10-Passivos Financeiros	4 558 758,27 €	3 707 065,57 €	3 115 885,04 €	-18,68%	-15,95%
11 - Outras Despesas de Capital	854 725,51 €	4 000,00 €	367 900,00 €	-99,53%	9097,50%
TOTAL AGRUPAMENTOS	5 613 007,78 €	3 811 176,57 €	3 683 507,04 €	-32,10%	-3,35%

## 2.4 – Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos, contempla todos os projetos/ações que o Município se propõe desenvolver, e em alguns casos, concluir no ano de 2018, domiciliados nas respetivas Funções.

O valor previsto totaliza **15.047.428,67€**, registando a seguinte representatividade quanto às funções que o compõem:

Representatividade das Funções nas GOP's e no Total do Orçamento				
Funcional do Plano	TOTAL GOP'S	%	TOTAL ORÇAMENTO	%
	15 047 428,67 €	100,00%	43 638 402,80 €	100%
Funções Gerais	1 618 410,14 €	10,76%	1 618 410,14 €	3,71%
Funções Sociais	7 882 447,25 €	52,38%	7 882 447,25 €	18,06%
Funções Económicas	5 536 571,28 €	36,79%	5 536 571,28 €	12,69%
Outras Funções	10 000,00 €	0,07%	10 000,00 €	0,02%

Foi manifesta intenção canalizar investimento para a Função Social, representando **52,38%** no total do PPI/GOP'S e **18,06%**, no orçamento Global.



## III - MAPA DE EMPRÉSTIMOS E MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

### 3.1 – Mapa de Empréstimos

O mapa de empréstimos encontra-se identificado, como anexo IV ao presente relatório.

### 3.2 – Mapa das Responsabilidades Contingentes

A identificação e descrição das responsabilidades contingentes a que se refere a alínea a), do nº 1, artigo 46º, do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, constam do **anexo V** do presente relatório.



## Anexos